

O último triênio de “igualdade” no vestibular da UFSC

Ellen Cristina de Souza Stellet

ellenstellet@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Resumo: Este artigo se propõe a expor e problematizar as políticas estudantis da Universidade Federal de Santa Catarina nos últimos três anos (2007 a 2009), principalmente acerca da questão da implantação da reserva de vagas para estudantes advindos de escolas públicas ou auto declarados negros em seu processo seletivo, a partir de uma proposta federal de ações afirmativas e inclusão social de estudantes de diversas camadas sociais no meio universitário.
Palavras-Chave: Universidade; Inclusão social; Ação afirmativa.

Abstract: This article aims to expose and question the political student of Federal University of Santa Catarina in the last three years (2007 to 2009), especially on the issue of deployment of the reserve places for students coming from public schools or self declared blacks in your selection process, from a proposed federal affirmative action and inclusion of students from different social classes in the university environment.

Keywords: University; Social inclusion; Affirmative action.

The last three years of "equality" in the entrance exam of the UFSC

“Não achas que a igualdade, tal como a entendem, é sinônimo de injustiça”
Josemaría Escrivá

O presente artigo é resultado do estudo, sob uma perspectiva histórica, das condições de acesso e permanência de estudantes de diferentes classes sociais na Universidade Federal de Santa Catarina. Trata-se dos três anos anteriores ao advento da reserva de vagas para alunos oriundos de escolas públicas e alunos auto declarados negros e indígenas, inauguradas no vestibular de 2008, que pode ser compreendida como um marco na história dos exames de acesso aos cursos de graduação desta instituição.

Wolff faz referência ao pensamento de Peter Burke para demonstrar que “a nova história interessa-se em princípio por toda atividade humana¹”, e não apenas pela política, principal objeto de estudo da historiografia tradicional. Além disso, a autora mostra que

¹ WOLFF, Cristina Scheibe. *Historiografia Catarinense: uma introdução ao debate*. In: Revista Catarinense de História. Florianópolis: Terceiro Milênio, 1994. p. 6.



“muitos novos historiadores, têm se preocupado com a história vista de baixo, privilegiando a experiência das pessoas comuns².” Já o historiador Rampinelli chama a atenção para o fato de que os pesquisadores de ciências humanas da Universidade Federal de Santa Catarina analisam sistematicamente as questões políticas do nosso estado e do nosso país, no entanto, parecem não se interessar pelo estudo dos processos políticos e sociais que se desenvolvem dentro desta universidade³.

Esta pesquisa foi motivada, então, pelo interesse de investigar quais foram os fatores que levaram a UFSC a reservar parte de suas vagas a determinados grupos de alunos em seu processo seletivo a partir do ano de 2008. A iniciativa, por parte do Conselho Universitário, em estabelecer um limite mínimo de alunos auto declarados negros e alunos oriundos de escolas públicas que deveriam ingressar na universidade a cada ano⁴, sugere que estes grupos representavam minoria no quadro discente desta universidade. Mas qual era a proporção dessa minoria? Em que medida esses grupos eram afetados pela injusta “igualdade” do vestibular?

Qual era o perfil dos alunos ingressos na UFSC antes da instituição de cotas como ação afirmativa? Em que tipo de estabelecimento e em que turno eles haviam estudado no ensino médio? Qual era a proporção étnico-racial entre os classificados? O que esses jovens esperavam obter em um curso superior? A escolha pelo recorte temporal dos últimos três anos foi feita com o objetivo de conseguir investigar simultaneamente vários aspectos que envolveram as condições de acesso e permanência dos alunos ingressos na UFSC nos anos de 2005, 2006 e 2007, e com o objetivo de identificar semelhanças e diferenças entre essas condições nesse momento histórico e nas décadas anteriores.

Penteado afirma que estudos sobre a universidade demonstram que “as características do ensino superior brasileiro são coerentes com o Brasil de hoje como um todo, “uma sociedade profundamente diferenciada e desigual geográfica, social, econômica e culturalmente⁵.”

A elitização do ensino superior foi construída no decorrer de longo processo histórico. No período compreendido como Idade Média, conforme expõe Furlani, “quem pertencia ao mundo ilustrado estava dispensado do trabalho; quem pertencia a este último estava excluído

² Idem.

³ RAMPINELLI, Waldir José. *O Preço do Voto: os bastidores de uma eleição para Reitor*. Florianópolis: Insular, 2004. p. 17.

⁴ AÇÕES AFIRMATIVAS. Comissão de acesso e diversidade sócio-econômica e étnico-racial. Resolução normativa n°. 008/CUN/2007, de 10 de julho de 2007. Disponível em: <http://www.acoes-afirmativas.ufsc.br>. Acesso em 01 jun. 2008.

⁵ PENTEADO, Sílvia Teixeira. *Identidade e poder na universidade*. São Paulo: Cortez, 1998. p.24.

do primeiro⁶.” Os universitários eram de famílias da aristocracia e, posteriormente, também das famílias burguesas e “o único compromisso com o trabalho, quando existia, realizava-se através do trabalho intelectual, visto como superior ao manual, reservado aos inferiores e incapazes de reflexão⁷.” A autora mostra que essa separação absoluta entre trabalho e estudo, começou seu longo processo de reversão há alguns séculos, uma vez que,

[...] a revolução industrial e o desenvolvimento do capitalismo trariam para o interior da escola a questão da preparação de recursos humanos para a economia, com a separação temporal de dois mundos agora intercomunicáveis, criando a seqüência educação-trabalho⁸.

Isso ocorreu sem, contudo, que isso tenha significado uma democratização do acesso ao ensino superior. Essa relação com a economia, apenas modificou a área de atuação da universidade, o seu objetivo e seu lugar na sociedade.

No Brasil, o fenômeno da elitização era facilmente verificável em nossas faculdades do século XIX. Carvalho expõe, em linhas gerais, as condições de acesso e permanência nas faculdades de direito de Recife e São Paulo:

De modo geral, os alunos das escolas de direito provinham de famílias de recursos. As duas escolas cobravam taxas de matrícula (que no primeiro ano de funcionamento foi de 51\$200 réis). Além disso, os alunos que não eram de São Paulo ou do Recife tinham que se deslocar para essas cidades e manter-se lá por 5 anos. Muitos, para garantir a admissão, faziam cursos preparatórios ou pagavam repetidores particulares. Eram obstáculos sérios para alunos pobres, embora alguns deles conseguissem passar pelo peneiramento⁹.

Ainda sobre essas faculdades, Schwarcz mostra que “sinônimo de prestígio social, marca de poder político, o bacharel se transformava em uma figura especial em meio a um país interessado em criar elites próprias de pensamento e direção política¹⁰.” Essa autora mostra ainda, que nas faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia a situação

⁶ FURLANI, Lucia Maria Teixeira. *A claridade da noite: os alunos do ensino superior noturno*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 14.

⁷ Idem.

⁸ Idem.

⁹ CARVALHO, Jose Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: UFRJ; Relume-Dumara, 1996. p. 60.

¹⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1993. p. 142.

financeira dos alunos não era muito diferente das já citadas. “Principalmente a escola carioca era freqüentada por uma clientela privilegiada em termos econômicos¹¹.”

No início do século XXI a universidade ainda não está preparada para receber grande número de estudantes das classes pobres. Os jovens das classes mais baixas se vêem, em sua maioria, obrigados a trabalhar para contribuir com a renda familiar e não dispõem de tempo para se dedicar aos estudos.

No V Seminário da Associação Internacional das Universidades, realizado em Halle, de 29 de maio a 02 de junho de 1978, o Sr. J. Porter, Professor de sociologia e Vice-Presidente da Universidade Carleton, em Ottawa, mencionou, em seu discurso¹² uma carta recebida pelo personagem principal do romance “*Jude The Obscure*”, de Thomas Hardy¹³, em resposta a um pedido que este personagem havia enviado ao *Biblioll College* solicitando admissão naquela instituição como estudante:

Senhor, li sua carta com interesse. A julgar pela descrição que faz de si mesmo como operário, não posso deixar de pensar que o senhor terá melhores chances de sucesso na vida, permanecendo em seu meio e praticando sua profissão. É, pois, isto que lhe aconselho a fazer. Queira aceitar¹⁴.

Hoje, convém questionar se o vestibular não é apenas uma forma mais sofisticada e melhor elaborada de reescrever a resposta acima. Furlani mostra que “tendo-se em conta o desemprego crescente, começa a ser questionado se devem continuar a ser mantidos, com escolarização prolongada, tantos jovens que podem, ao final, não ter onde trabalhar”¹⁵. Mas esse questionamento só tem sentido se a educação universitária for encarada como educação profissionalizante e Porter a respeito do papel da universidade expôs que:

O ensino superior terá a importante missão de formar cidadãos esclarecidos, dotados de capacidade de fazer julgamentos críticos em nosso mundo tecnológico altamente complexo e transnacional. Esta tarefa tem pouca coisa a ver com o funcionamento direto da Economia, mas tem muito a ver com os julgamentos morais que podemos formar sobre os atos dos que controlam a máquina econômica. Para poder desempenhar o papel de cidadão crítico, necessitamos de uma formação geral aberta para os problemas contemporâneos, incluindo um certo conhecimento dos fundamentos

¹¹ Ibidem, p. 197.

¹² O DIREITO à educação e o acesso ao ensino superior. Fortaleza: Edições UFC, 1984. (Cadernos da Associação Internacional das Universidades; 4). p. 31.

¹³ HARDY, Thomas. Escritor e romancista do Reino Unido que viveu no século XIX.

¹⁴ HARDY, Thomas. “Jude The Obscure.” In: *O direito à educação e o acesso ao ensino superior*. Fortaleza: Edições UFC, 1984. (Cadernos da Associação Internacional das Universidades; 4). p. 31.

¹⁵ FURLANI, Lucia Maria Teixeira. *A claridade da noite: os alunos do ensino superior noturno*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 60.

científicos de nossa civilização, certo conhecimento das outras culturas com as quais dividimos o mundo, e uma certa compreensão dos valores artísticos, estéticos e éticos em que se baseiam nossos julgamentos¹⁶.

Mas, na prática, “Fica claro o direcionamento para profissões que assegurem colocação, retorno financeiro e valorização social¹⁷.” Cursos que formam profissionais liberais, como arquitetura, direito, engenharias, medicina e odontologia são os mais procurados. O saber tem sido encarado como mais uma forma de propriedade, na qual famílias que tem mais recursos financeiros investem os filhos em carreiras que apontam para um retorno maior de capital. Situação que fica agravada pela estagnação do número de vagas oferecidas pela universidade em cada vestibular.

Em 1977 a população do estado de Santa Catarina era composta por aproximadamente, 3.000.000 de habitantes¹⁸ e a UFSC tinha uma oferta para o curso de Medicina, por exemplo, de 100 vagas no vestibular¹⁹. Trinta anos depois, no vestibular de 2007, a UFSC continuava oferecendo 100 vagas por ano para o curso de Medicina²⁰, embora o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tenha estimado em 2005, um crescimento na população, de 5.866.568 em nosso estado²¹.

A Universidade Federal de Santa Catarina, fundada na década de 1960 pelo senhor João David Ferreira Lima, foi desde sua gênese elaborada de acordo com as necessidades da classe dominante da Ilha de Santa Catarina²². No triênio anterior ao estabelecimento das reservas de vagas, os números da Comissão Permanente do Vestibular mostram que essa classe continuava garantindo para si enorme parte das vagas dos cursos de graduação desta instituição.

A estatística do questionário socioeconômico-cultural preenchido pelos candidatos no ato de sua inscrição no vestibular, mostra que em 2005 apenas 1,15% dos alunos classificados para ingresso nos cursos de graduação responderam possuir renda familiar de até 1 salário mínimo. Essa mesma resposta foi dada por 0,89% dos alunos classificados para o ano de 2006

¹⁶ O DIREITO à educação e o acesso ao ensino superior. Fortaleza: Edições UFC, 1984. (Cadernos da Associação Internacional das Universidades; 4). p.41.

¹⁷ FURLANI, Lucia Maria Teixeira. A claridade da noite: os alunos do ensino superior noturno. São Paulo: Cortez, 1998. p. 88.

¹⁸ UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Sub-Reitoria de Planejamento. Proposta para o plano de desenvolvimento. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1976. p. 1.

¹⁹ Idem. p. 35.

²⁰ COPERVE. Comissão Permanente do Vestibular. <http://www.coperve.ufsc.br/outrosVest.php> Dados dos vestibulares anteriores. Acesso em 01 de Jun. de 2008.

²¹ IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=sc> síntese do estado de Santa Catarina. Acesso em 01 de Jun. de 2008.

²² LIMA, João David Ferreira. *UFSC: sonho e realidade*. 2ª ed. Florianópolis: UFSC, 2000. p. 11-127.



e 1,28% desses alunos no vestibular 2007²³. Por outro lado, 7,24% dos classificados para 2005 responderam ter renda familiar acima de 30 salários mínimos. Alunos que assinalaram essa mesma resposta foram 6,53% em 2006 e 5,74% em 2007²⁴.

Durante os três anos estudados, o grupo que mais aprovou alunos no vestibular da UFSC foi o de famílias com renda entre 10 e 20 salários mínimos. Em 2005 eles foram 24,26% dos classificados, proporção que teve leve redução nos vestibulares 2006, em que foram 21,76% e 2007, no qual representaram 21,02%²⁵.

Segundo Furlani, “a universidade reage à crise de sua hegemonia com a incorporação limitada da cultura de massa, da formação profissional, da investigação aplicada e da extensão à comunidade. Com isso, pretende incorporar, de modo também limitado, os grupos sociais até então dela excluídos²⁶”, mas apesar de haver ser massificado, ela continua sendo uma instituição segmentada. “Múltiplos dualismos passaram a se definir baseados, entre outros fatores, na composição social da população estudantil: universidades de elite e universidades de massa; cursos de grande prestígio e cursos desvalorizados etc.²⁷”

O número de matrículas no ensino superior aumenta, mas a segregação continua existindo. A proporção entre os candidatos das diferentes classes sociais varia de acordo com o prestígio social do curso escolhido. O mesmo acontece com a proporção entre as diferentes etnias e entre o tipo de estabelecimento e o turno em que os jovens estudaram durante o ensino médio. Pode-se afirmar que há, então, uma forte separação social entre os cursos da UFSC.

No vestibular do ano de 2007, por exemplo, os alunos que cursaram todo o ensino médio em instituições públicas constituíram minoria entre os classificados para os cursos mais procurados da instituição. Eles eram apenas 10% dos classificados para o curso de Arquitetura e Urbanismo, 5% na opção diurna do curso de Direito, 6,67% no curso de Jornalismo, 7% na Medicina e 5% na Nutrição²⁸. A proporção se inverte quando analisamos os cursos menos concorridos da Universidade. No curso de Biblioteconomia, por exemplo, 70% dos alunos

²³ COPERVE. Comissão Permanente do Vestibular. <http://www.coperve.ufsc.br/outrosVest.php> Dados dos vestibulares anteriores. Acesso em 01 de Jun. de 2008.

²⁴ Idem.

²⁵ Idem.

²⁶ FURLANI, Lucia Maria Teixeira. A claridade da noite: os alunos do ensino superior noturno. São Paulo: Cortez, 1998. p. 44

²⁷ Idem.

²⁸ COPERVE. Comissão Permanente do Vestibular. <http://www.coperve.ufsc.br/outrosVest.php> Dados dos vestibulares anteriores. Acesso em 01 de Jun. de 2008

classificados para ingressar em 2007 haviam cursado todo o ensino médio em instituições públicas²⁹.

Ao estudar as diferenças das proporções étnico-raciais entre os diversos cursos, foi possível perceber que a separação pela cor da pele foi ainda maior que a sócio-econômica. Os cursos de Medicina, Nutrição e Direito diurno não tiveram nenhum aluno negro classificado em nenhum dos três anos pesquisados³⁰.

Por outro lado, cursos de menor prestígio social chegaram a alcançar proporções, embora ainda pequenas, são significativamente maiores de alunos negros classificados para ingressar em seus quadros de discentes. A opção noturna do curso de Licenciatura em Matemática, por exemplo, teve, entre os alunos classificados para ingresso em 2005, 5% que se declararam negros. Em 2006 o curso de serviço social diurno chegou a alcançar um percentual elevado, em comparação com a média da universidade, tendo 10% dos classificados assinalado essa opção no questionário socioeconômico-cultural. Em 2007 o curso que teve mais estudantes negros classificados foi o de História na opção diurna de turno, com 6,67 do total de ingressos.³¹

Dentro da universidade surgem inúmeras teorias a respeito das diferenças sociais existentes do lado de fora de suas cercas e procuram-se, inclusive, soluções para os problemas advindos da estratificação social. Mas a universidade precisa ser capaz de conviver com essas diferenças no seu interior. Ela precisa estar pronta para receber estudantes de todas as classes sociais. Não se trata de “esticar” a universidade e, com isso, reduzir a qualidade do ensino, mas de adaptá-la, torná-la capaz de fazer parte do cotidiano de jovens menos abastados, pois:

A universidade deve contribuir para a manutenção das aspirações democráticas, abaladas por discursos e práticas conservadoras, em pleno limiar do século XXI. A universidade deve lutar pela noção política de igualdade, levando em conta que essa pressupõe a diferença (pois não tem sentido buscar igualdade para sujeitos idênticos). Suas múltiplas diferenças podem vir a ser motivo de trocas educativas, crescimento mútuo e solidariedade, um exercício pleno de cidadania³².

É vão o esforço de permitir o acesso de mais representantes de grupos economicamente menos favorecidos à universidade sem propiciar a essas pessoas as condições mínimas de permanência na instituição.

²⁹ Idem.

³⁰ Idem.

³¹ Idem.

³² FURLANI, Lucia Maria Teixeira. *A claridade da noite: os alunos do ensino superior noturno*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 61.

Em 2005, dos 3920 estudantes classificados para ingressar nos cursos de graduação da UFSC, 903 declararam possuir renda familiar inferior a 5 salários mínimos.³³ Porém, ao longo desse ano, apenas 732 alunos, entre calouros e veteranos, conseguiram ser beneficiados, alternadamente, com uma das 400 bolsas de permanência que a UFSC oferecia³⁴.

O número de vagas para as bolsas de permanência continuou o mesmo em 2006³⁵ e 2007³⁶ (400 bolsas), quando, respectivamente, 1050 e 1154 ingressos responderam que a renda mensal de suas famílias era inferior a 5 salários mínimos.³⁷ Por mais que o número de alunos com essa faixa de renda que ingressaram na instituição tenha sido crescente no triênio pesquisado, a universidade não foi capaz de se adaptar para dar auxílio financeiro a esse número maior de estudantes pobres que nela adentraram.

Furlani mostra que a “situação de ‘esquecimento’ dos vários sujeitos que dão vida à escola e à universidade faz vigorar a crença de que as instituições se movem por si próprias, ocultando o papel do sujeito humano em sua gênese, manutenção e transformação³⁸.”

Na Proposta para o Plano de Desenvolvimento da UFSC, publicada em 1977, apenas 2 páginas, das 134 que constam na edição, tratam da assistência ao estudante. A comissão de planejamento, que elaborou a proposta, tratou das normas para o vestibular, processo seletivo de professores e funcionários, das questões referentes ao espaço físico, aos recursos financeiros, materiais e organizacionais, entre outros e reservou limitado espaço para traçar metas de assistência ao corpo discente³⁹.

Seguindo essa mesma lógica, durante todo o ano de 2005, apenas 36 novos alunos passaram a ter direito à moradia estudantil. O número de vagas redistribuídas em 2006 foi ainda menor, apenas 31 novos beneficiários, e em 2007 foram 48 os alunos que passaram a usufruir do benefício⁴⁰.

O número de estudantes que recebiam o benefício da isenção da tarifa do Restaurante Universitário também era muito pequeno. Em 2005 e 2006 eram apenas 358 alunos. Em 2007

³³ COPERVE. Comissão Permanente do Vestibular. <http://www.coperve.ufsc.br/outrosVest.php> Dados dos vestibulares anteriores. Acesso em 01 de Jun. de 2008.

³⁴ PRAE. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. Quadro demonstrativo das atividades desenvolvidas pelo Serviço Social. Atendimento ao Estudante. 2005.

³⁵ PRAE. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. Quadro demonstrativo das atividades desenvolvidas pelo Serviço Social. Atendimento ao Estudante. 2006.

³⁶ PRAE. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. Quadro demonstrativo das atividades desenvolvidas pelo Serviço Social. Atendimento ao Estudante. 2007.

³⁷ COPERVE. Comissão Permanente do Vestibular. <http://www.coperve.ufsc.br/outrosVest.php> Dados dos vestibulares anteriores. Acesso em 01 de Jun. de 2008.

³⁸ FURLANI, Lucia Maria Teixeira. *A claridade da noite: os alunos do ensino superior noturno*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 11.

³⁹ UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Sub-Reitoria de Planejamento. Proposta para o plano de desenvolvimento. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1976. p. 96 e p. 108.

⁴⁰ PRAE. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. Quadro demonstrativo da seleção de novos moradores/semestre.



houve um aumento significativo do número de beneficiados com passes do RU, que passaram a ser 777. Porém, como a quantidade de bolsas de permanência e de vagas na moradia estudantil não sofreu grande alteração, pode-se dizer que não houve uma grande melhoria das condições de permanência dos estudantes das classes desprivilegiadas na UFSC. A respeito do Restaurante Universitário da UFSC, Ferreira Lima afirma:

Depois de muito estudo e debates, chegou-se à conclusão que o número ideal de alunos para uma Universidade de tipo médio, como esperávamos iria ser a nossa, era de 10.000. Assim, tudo no campus foi projetado com relação àquele número, inclusive o Restaurante Universitário, cujos quatro pavilhões de refeição tinham capacidade, cada um, para fornecer 2.500 refeições, no almoço e no jantar⁴¹.

A realidade dos números de fornecimento do Restaurante Universitário era, no triênio pesquisado, bem diferente da descrita por Lima no trecho acima citado. Com 18.151 alunos matriculados, apenas na graduação⁴², o RU forneceu durante o ano de 2005 uma média de apenas 3130 almoços por dia. Em 2006 essa média foi ainda menor, apenas 2927, e em 2007 subiu novamente para 3220 almoços diários⁴³. Mesmo na universidade elitizada, idealizada por Ferreira Lima, o número de estudantes atendidos pelo Restaurante Universitário era muito maior.

Os números expostos contribuem sobremaneira para a evasão de grande número de integrantes do quadro discente da UFSC. Ao lado da falta de condições financeiras para a permanência na universidade, o desgosto em relação ao curso escolhido é o grande determinante para o abandono da graduação.

No vestibular de 2005, ao serem questionados sobre o principal motivo para a escolha de sua 1ª opção, 74,70% dos inscritos responderam que ela era a mais adequada às suas aptidões, 0,64% não informaram e 24,65% responderam que a escolha foi feita baseada em outros motivos, entre os quais figuram a menor relação candidato/vaga; o prestígio econômico; o prestígio social; a influência da família e/ou amigos e a influência de professores⁴⁴. Porém, Furlani chama atenção para o fato de que,

A escolha da carreira não se configura como decisão exclusivamente pessoal (como fazem crer os resultados dos questionários sócio-econômicos). É decisão subordinada às condições financeiras da família e à posse de

⁴¹ LIMA, João David Ferreira. *UFSC: sonho e realidade*. 2ª ed. Florianópolis: UFSC, 2000. p. 168.

⁴² PIP. Programa Integrado de Planejamento. <http://www.pip.ufsc.br/index.jsp?page=arquivos/numeros.html> A UFSC em números. Acesso em 01 de Jun. de 2008.

⁴³ RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO. Relatório de Controle de Refeições.

⁴⁴ COPERVE. Comissão Permanente do Vestibular. <http://www.coperve.ufsc.br/outrosVest.php> Dados dos vestibulares anteriores. Acesso em 01 de Jun. de 2008.



determinado capital cultural. A disponibilidade de recursos financeiros que podem ser investidos na formação dos filhos é uma das influências familiares⁴⁵.

E o “estudante dificilmente se apercebe, tal a sutileza com que os mecanismos de controle se infiltram no processo de socialização, do conjunto de fatores que circunscreve sua decisão de carreira. Acredita-a livre e apoiada em motivos de ordem estritamente pessoal⁴⁶”.

Assim, muitos jovens são influenciados pela mentalidade capitalista da busca de dinheiro e poder ao fazerem sua opção de curso no ato inscrição no vestibular. “As conseqüências de não se levar em consideração interesses, habilidade e motivações na opção pela carreira são desastrosas não apenas em termos de realização pessoal e profissional, mas também para o conjunto da sociedade para a qual reverterá o produto do seu trabalho⁴⁷.”

A escolha baseada em fatores econômicos, descompromissada com as questões vocacionais, ao lado da falta de vivência e conhecimento a respeito da realidade social das classes subalternas, faz com que muitos desses jovens, financeiramente privilegiados, que ingressam nos cursos mais prestigiados da Universidade Federal de Santa Catarina, se graduem sem comprometimento com os problemas sociais que nos cercam e se tornem profissionais alheios às necessidades da grande maioria da população.

Diversificar a origem social, financeira e étnico-racial das pessoas que ingressam na UFSC significaria um grande enriquecimento cultural, além de reorganizar a universidade dentro de novas lógicas, mais humanas, e trazer à tona novos desafios pedagógicos que podem se tornar alvo de pesquisas. Apenas o ingresso em grande proporção de alunos das classes mais baixas pode trazer à superfície a verdadeira identidade da universidade que é “a preocupação no desenvolvimento, na criação e na solução de problemas de maneira original, com idéias próprias, que levará à emancipação o nosso país⁴⁸.”

Não se pode esperar que a generalização do ensino superior, sozinha, faça reinar a igualdade social. O que se pode esperar, em compensação, da generalização do ensino superior, e isto é importante, é o surgimento de uma massa mais considerável de cidadãos mais aptos a compreender os mecanismos, muitas vezes disfarçados, do poder e a descobrir os álibis de conhecimento que eles próprios se dão, mais aptos, também, à compreensão

⁴⁵ FURLANI, Lucia Maria Teixeira. *A claridade da noite: os alunos do ensino superior noturno*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 82.

⁴⁶ FORACCHI, Marialice M. O Estudante e a Transformação Brasileira. São Paulo: Nacional, 1965. p. 82. In: FURLANI, Lucia Maria Teixeira. *A claridade da noite: os alunos do ensino superior noturno*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 82

⁴⁷ FURLANI, Lucia Maria Teixeira. *Op.cit.* p. 81.

⁴⁸ MORAES, Irany Novah. *Perfil da universidade*. São Paulo: Ed. da USP, 1986. p. 69.



dos outros, e, por conseguinte, ao exercício de uma sociedade mais rica e solidária⁴⁹.

O conselho universitário, certamente, levou em consideração essas correntes de pensamento e as grandes disparidades numéricas expostas acima, entre outras, ao concluir, em julho de 2007, que a UFSC deveria, a partir do vestibular 2008, reservar das suas vagas “20% (vinte por cento) para candidatos que tenham cursado integralmente o ensino fundamental e médio em instituições públicas de ensino; 10% (dez por cento) para candidatos auto declarados negros, que tenham cursado integralmente o ensino fundamental e médio em instituições públicas de ensino”⁵⁰ e cinco vagas suplementares para alunos pertencentes aos povos indígenas.

Resta-nos refletir a respeito desses percentuais, pois, obviamente, eles ainda não reproduzem dentro da universidade a proporção numérica das classes sociais existentes fora dela, tampouco, a distribuição racial da população catarinense ou brasileira. Sabemos que a luta pela democratização da Universidade Federal de Santa Catarina deve, portanto, ser uma luta de todos nós, mas “há, ainda, uma distância grande entre o que desejamos e a ação que desenvolvemos para atingi-lo⁵¹”.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Jose Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. Rio de Janeiro. UFRJ; Relume-Dumara, 1996. 436 p.

FURLANI, Lucia Maria Teixeira. A claridade da noite: os alunos do ensino superior noturno. São Paulo: Cortez, 1998. 184p.

LIMA, João David Ferreira. UFSC: sonho e realidade. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2000 229p.

MORAES, Irany Novah. Perfil da universidade. São Paulo: Liv. Pioneira Ed. da USP, 1986. 131p. (Novos umbrais)

O DIREITO à educação e o acesso ao ensino superior. Fortaleza: Edições UFC, 1984. 162p. (Cadernos da Associação Internacional das Universidades; 4)

⁴⁹ O DIREITO à educação e o acesso ao ensino superior. Fortaleza: Edições UFC, 1984. (Cadernos da Associação Internacional das Universidades; 4). p. 10.

⁵⁰ AÇÕES AFIRMATIVAS. Comissão de acesso e diversidade sócio-econômica e étnico-racial. Disponível em: <http://www.acoes-afirmativas.ufsc.br>. Acesso em 30 jun. 2008.

⁵¹ O DIREITO à educação e o acesso ao ensino superior. Fortaleza: Edições UFC, 1984. (Cadernos da Associação Internacional das Universidades; 4). p. 71.



PENTEADO, Silvia Teixeira. Identidade e poder na universidade. São Paulo: Cortez, 1998.
PIP. Programa Integrado de Planejamento. A UFSC em números. Disponível em <http://www.pip.ufsc.br/index.jsp?page=arquivos/numeros.html>. Acesso em 01 jun. 2008.

RAMPINELLI, Waldir José. O Preço do voto: os bastidores de uma eleição para reitor. Florianópolis: Insular, 2004. 206p.

SANTOS, César Floriano dos; COELHO, Mario César; MELIM, Mirian dos Santos. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Alternativas para moradia estudantil em Florianópolis. Florianópolis: UFSC, Dep. de Arquitetura e Urbanismo, 1984. 51p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Cia das Letras, 1993. 287 p.

SILVEIRA, Amélia; COLOSSI, Nelson; SOUSA, Claudia Gonçalves de. Administração universitária: estudos brasileiros. Florianópolis: Insular, 1998. 237p.

WOLFF, Cristina Scheibe. “Historiografia Catarinense: uma introdução ao debate” In: Revista Catarinense de História. Florianópolis: Terceiro Milênio, 1994. p. 6.

FONTES

AÇÕES AFIRMATIVAS. Comissão de acesso e diversidade sócio-econômica e étnico-racial. Disponível em: <http://www.acoes-afirmativas.ufsc.br>. Acesso em 30 jun. 2008.

COPERVE. Comissão Permanente do Vestibular. Dados dos vestibulares anteriores. Disponível em <http://www.coperve.ufsc.br/outrosVest.php>. Acesso em 01 jun. 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese do estado de Santa Catarina. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=sc>. Acesso em 01 jun. 2008.

PRAE. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. Relatórios de alunos beneficiados com bolsas de permanências, moradia estudantil e isenções das tarifas do restaurante universitário.

RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO. Relatório de Controle de Refeições.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Gabinete do Reitor. Estatuto e regimento geral. Florianópolis: UFSC, 1997. 73p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Sub-Reitoria de Planejamento. Proposta para o plano de desenvolvimento. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1976. 134p.

*** Recebido em 02 de junho de 2008. Aceito para publicação em 29 de junho de 2012.**

